REQUERIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA Nº 22/ 2020

Ao presidente Geraldo Junior

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 215 do Regimento Interno e da Lei Municipal nº 9.145/2016, a declaração de utilidade pública municipal do Instituto de Proteção, promoção dos Direitos Humanos e acesso à Justiça PROTEGER, CNPJ: 10.450.316/0001-39, com sede e foro nesta Capital.
Em anexo constam todos os documentos exigidos pela Lei 5.391/1998.

Salvador, 29 de Maio de 2020.

Joceval Rodrigues

JUSTIFICATIVA

O Instituto de Proteção, promoção dos Direitos Humanos e acesso à Justiça-PROTEGER, tem vasta atuação e articulação com diferentes organizações da sociedade civil, movimentos sociais e lideranças populares, com o intuito de fortalecer a educação para os Direitos Humanos, a conscientização do sujeito para fins de emancipação social e uma convivência pacífica em locais vulnerabilizados pela violência e desigualdades sociais, em Salvador/BA. Os bairros de São Caetano, Liberdade, IAPI, Plataforma estão entre os bairros com intervenções da PROTEGER em Salvador, os quais servem como referencial para o cumprimento de seus aspectos missionais e do seu empenho para fins de emancipação social e garantia dos direitos humanos.

Ao longo de sua existência, notabilizou-se como instituição de apoio técnico e operacional a outras organizações da sociedade civil, para fins de assegurar a incidência efetiva do primado dos Direitos Humanos em suas atividades; bem como garantir a reversão da violência, inclusive na modalidade institucional, e das desigualdades em comunidades periféricas.

No subúrbio de Salvador, por exemplo, ganham destaques as ações desenvolvidas para fins de fortalecimento da perspectiva da "Arte-educação" para a "Conscientização em Direitos Humanos", nas comunidades de São Tomé de Paripe, Quilombo do Tubarão, Liberdade, IAPI e São Caetano e Centro Histórico de Salvador. Nestas comunidades, a PROTEGER prestou apoio técnico operacional e na formação em direitos para o Grupo de Cultura e Entretenimento Mamulengo da Bahia, sendo fruto desta parceria os seguintes projetos: (2008) Projeto Mamulengo na Favela – realização de encontros formativos em educação para Direitos Humanos e oficinas de bonecos nas comunidades de São Tomé e do Quilombo do Tubarão; (2009 – 2010) Projeto Interação Estética - realização de encontros formativos em educação para Direitos Humanos para juventude negra, oficinas de bonecos e teatro de bonecos em temas centrados na temática racial, de gênero, violência policial e outros de relevância das comunidades envolvidas:

Liberdade, IAPI e São Caetano; (2009 – 2010) Projeto Saúde Cultural – realizado em parceria com o Governo Estadual, no âmbito do Programa Tô no Pelô, buscava resgatar a cultura do teatro de bonecos no Centro Histórico, através da juventude local. Foram desenvolvidos encontros formativos em Direitos Humanos e reforço escolar em conteúdos programáticos ordinários da educação básica; palestras sobre cidadania e direitos, confecção de bonecos e formação de atores de teatro de bonecos. (2009) Centros Culturais Populares – Foram ocupados espaços abandonados e criados dois centros de cultura popular, um no Monte Sagrado em São Tomé de Paripe e outro no Quilombo Dois, situado no Bairro de Tubarão.

Através destas intervenções, buscou-se uma maior interação com populações em situação de rua da região; além do desenvolvimento de atividades educacionais e em educação para direitos; utilização do teatro de bonecos como referencial metodológico; criação de opções de lazer e cultura para esta população estratégica e toda a comunidade, como forma de erradicar o preconceito e reduzir a violência.

No bairro de São Caetano, a PROTEGER é a principal parceira técnica da Associação Comunitária e Cultural Stellagreice, entidade civil sem fins lucrativos fundada em 2001, sediada na localidade Capelinha de São Caetano. Esta entidade é composta por grupo de professores, familiares e vizinhos que buscaram adotar medidas de fortalecimento da perspectiva da educação, com fins de reduzir os impactos negativos da violência, a marginalidade e contribuindo assim para uma melhor conscientização da cidadania e promoção social.

Nos anos de 2017 e 2018, através da parceria estabelecida com o Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades da Universidade do Estado da Bahia, a PROTEGER foi a responsável pelo desenvolvimento, produção e disponibilização da "Plataforma Virtual e Colaborativa do Observatório Popular de Políticas sobre Drogas", projeto desenvolvido com o financiamento da Open Society e executado pela ONG Coletivo de Entidades Negras. Importante considerar que o desenvolvimento da Súmula Metodológica, do Plano de Trabalho, das Orientações Técnicas foi de competência do CRDH/UNEB, sob a coordenação científica do Prof. Dr. José Cláudio Rocha, que convidou a PROTEGER para a execução do Objetivo Específico acima mencionado.

Portanto, é evidente o reconhecimento que o Instituto de Proteção, Promoção dos Direitos Humanos e acesso à Justiça- PROTEGER é realmente de utilidade pública, razão pela qual peço o deferimento ao presente requerimento.

Salvador, 29 de Maio de 2020.

Joceval Rodrigues